

Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente da Direcção, Srs. Directores, Srs. Professores, minhas Senhoras e meus Senhores.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite que a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo me dirigiu e muito me honrou.

O tema sobre o qual vos convido a reflectir comigo nesta intervenção é: “O financiamento da educação – autonomia e qualidade educativa”.

Se por um lado, esta reflexão é especialmente importante numa época de forte crise e de instabilidade económica e social onde é fundamental saber usar eficientemente os recursos públicos e privados disponibilizados para a Educação, por outro, é necessário ter em consideração os efeitos da aplicação da proposta de lei recentemente aprovada em Conselho de Ministros de 23 de Abril, que alarga a escolaridade obrigatória para 12 anos e a idade de frequência de instituições de ensino ou formação até aos 18 anos, medida a implementar já no próximo ano lectivo para os alunos que ingressem no 7º ano de escolaridade ou em todos os anos anteriores.

Consideramos que a Educação é um pilar fundamental da sociedade, porventura o mais importante, mas sabemos que tem recursos limitados, que é necessário gerir com eficácia e com bom senso, sem esgotar as possibilidades de podermos construir no futuro, novas gerações de pessoas íntegras e felizes.

Gastar mais, não significa necessariamente, gastar melhor.

A literatura directamente relacionada com o tema desta reflexão não é abundante, porém começam a aparecer alguns trabalhos e estudos ligados a esta temática, quer a nível nacional quer internacional, trabalhos que relacionam os resultados da aprendizagem com os gastos públicos no sector da Educação e medem o seu grau de eficiência ou ineficiência.

Entre os trabalhos referidos, podemos destacar os estudos realizados, respeitantes aos países da OCDE, por Afonso e St. Aubyn (2004), relativamente à eficiência dos gastos em educação, por Afonso e St. Aubyn (2005) sobre a eficiência do ensino básico e secundário e, por Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006), em relação à análise da *performance* dos gastos do sector público em geral e do sistema educativo em particular.

1. Eficiência e Eficácia na Educação

Para nos situarmos em termos conceptuais, façamos uma análise breve sobre algumas noções relativas à Eficiência e Eficácia na Educação

Em economia, os conceitos de eficácia e eficiência estão ligados ao processo de produção de uma organização. Se, por simplificação, considerarmos um processo de produção como a transformação de um *input* em *output*, a eficácia será a capacidade de obtenção do volume de *output* desejado. A eficiência representa o volume do *output* desejado para um custo mínimo. Resumindo, a eficiência é a eficácia a custo mínimo (Scheerens,2004).

Se considerarmos uma escola ou um sistema de ensino como entidades produtoras de um serviço muito especial que é a educação, por analogia com um processo de produção, definimos como *input* os alunos, as ajudas financeiras e os materiais; o *output* corresponde aos resultados obtidos pelos alunos no final da escolaridade, ou seja, o número de alunos que têm sucesso, que se diplomam no final do curso, mas, existem muitas outras escolhas possíveis que devemos ter em conta. O processo de transformação representará o conjunto dos métodos pedagógicos, as escolhas dos programas escolares e as condições organizacionais prévias que permitem aos alunos adquirirem conhecimentos.

Para as necessidades da análise económica da eficiência e da eficácia, é essencial poder exprimir o *input* e o *output* em valor nominal. Para conhecer a eficácia é necessário conhecer o custo do *input*, isto é, materiais didáticos e salários dos docentes. Entre as dificuldades encontradas no quadro desta análise, estão a determinação do valor monetário do *input* e dos processos, assim como dos procedimentos e dos meios técnicos necessários para chegar a um determinado volume de *output*. Relativamente à definição do *output* também encontramos algumas dificuldades; (Scheerens,2004).

Na maioria das investigações empíricas actuais sobre a eficácia da escola, a tónica assenta na análise das relações entre o *input* monetário e o *output* a curto prazo, a que Cheng(1993) denominou de eficácia técnica.

As teorias da eficácia organizacional revelaram a existência de uma grande quantidade de modelos, respectivamente orientados para um tipo determinado de critérios de medida de eficácia, produtividade, capacidade de

adaptação, implicação, continuidade e capacidade de resposta face a parceiros exteriores. O modelo aplicado implicitamente na maior parte dos estudos empíricos sobre a eficácia das escolas define a produtividade como critério principal a ter em conta. A escolha deste critério justifica-se, pois, a eficácia é um conceito causal no qual as relações entre os meios e os fins equivalem a relações de causa e efeito (Scheerens,2004).

Se eficácia em educação significa a capacidade de obter o volume de resultados desejado, então podemos considerar que esta será sinónimo de qualidade educativa. Uma educação de qualidade é aquela que se consegue quando os alunos aprendem o que devem aprender no fim de um determinado nível de estudos, isto é, quando superam com êxito o que está estabelecido nos planos curriculares; quando os alunos se desenvolvem intelectual, afectiva e socialmente; quando têm ao seu dispor os meios e os processos necessários para o seu desenvolvimento. Esta perspectiva coloca a ênfase nos resultados da aprendizagem efectivamente alcançada no processo educativo (Díaz,2003).

Existe uma multiplicidade de modelos de avaliação da qualidade educativa que podemos agrupar em três grandes categorias, complementares entre si, conforme colocam a ênfase nos resultados, nos processos de melhoria escolar ou nos aspectos organizacionais.

A qualidade dos serviços prestados nas escolas pode medir-se fundamentalmente através dos resultados académicos obtidos pelos seus alunos, se bem que não se possam esquecer os efeitos positivos que a educação exerce sobre os indivíduos no campo afectivo e social.

Existem inúmeros estudos sobre a eficácia e a qualidade educativas das escolas, que põem a ênfase nos resultados. Entre estes, podemos referir o movimento das escolas eficazes ou da eficácia escolar e o vinculado à função de produção educativa. O famoso “Relatório Coleman”, realizado nos anos 60,(Coleman, Campbell, Hobson, Mcartland, Mood, Weinfeld e York, 1966) concluiu que os resultados educativos dependiam mais das condições do estudante e do seu meio do que das condições oferecidas pelas escolas. Muitas investigações foram feitas e publicadas, procurando sempre encontrar a relação de causa-efeito entre os resultados académicos e as várias características das escolas. Posteriormente, operou-se uma re-orientação dos fundamentos teóricos que explicam os diferentes resultados obtidos pelas

escolas. No entanto, estudos internacionais mais recentes concluem que os resultados escolares dependem muito especialmente do nível académico das famílias, nomeadamente dos progenitores.

No âmbito económico, os estudos relativos à avaliação das escolas baseiam-se no cálculo do rendimento escolar mediante uma função de produção que permita representar a relação entre *outputs* e *inputs*. Neste quadro, Amparo Díaz defende que a avaliação do rendimento de uma organização educativa exige não só a comparação dos resultados obtidos com as metas propostas (eficácia) mas também o conhecimento da relação entre esses resultados e os recursos empregues (eficiência) (Díaz,2003).

Dada a garantia de acesso à educação a todos que a pretendam, e sendo esta assegurada directamente pelo sector público, quem de facto educa pode fazer melhor ou pior, com mais ou menos custos, porque o Estado garante à sociedade que este processo será pago.

A maior ou menor qualidade educativa oferecida em determinado país, não está directamente relacionada com o maior ou menor valor das suas despesas em educação, isto é, maiores gastos em educação não são garantia de melhor qualidade educativa; existem países cujas despesas educacionais por estudante são moderadas e têm um nível de desempenho por estudante superior ao de outros países com despesas mais avultadas.

No relatório anual publicado pela OCDE em 2008, “Panorama sobre a educação”, constata-se que o financiamento dos estabelecimentos de ensino, na maior parte dos países da OCDE, provém de recursos públicos; o financiamento privado da educação quase não tem significado, na maioria dos países da OCDE; em vários países que constituem este organismo, os governos pagam a maioria dos custos do ensino primário e médio, mas deixam a gestão destes estabelecimentos de ensino ao sector privado; o financiamento público da instrução é uma prioridade social, mesmo nos países com pouco envolvimento público em outras áreas (OCDE,2008).

Verifica-se ainda que a despesa educacional nos ensinos básico e secundário aumentou mais rapidamente que o número de alunos em todos os países entre 1995 e 2005. Como resultado, os recursos disponíveis por aluno do ensino básico e secundário aumentaram consideravelmente na última década, além disso, a dimensão da população com idades compreendidas

entre os 5 e 14 anos irá baixar nos próximos dez anos, o que sugere que os recursos por aluno do ensino básico e secundário podem continuar a aumentar caso os pacotes orçamentais se mantenham estáveis, libertando recursos necessários para as medidas de melhoria de qualidade de programas e desempenho dos alunos.

2. Como medir a eficácia e a eficiência em educação?

Se o objectivo é medir a eficiência e a eficácia educativas sob uma perspectiva económica, como acontece nos estudos realizados por António Afonso e Miguel St. Aubyn (2004) publicados pelo departamento de Economia do ISEG, em que se pretende estudar a relação entre a despesa e a eficiência em educação nos países da OCDE, utilizam-se modelos não paramétricos, estimam-se as fronteiras de eficiência e quantificam-se as perdas de eficiência do Sistema.

Neste estudo constata-se que, em Portugal, a despesa com a Educação aumenta nos últimos vinte anos e é superior à média da despesa nos países da OCDE; em 1999 atinge 5,7% do PIB, dos quais 98,6% é despesa pública; nos países da OCDE, a percentagem da despesa pública em educação é em média de 88,4% do total, representando as despesas totais em educação, 5,5% do PIB.

A análise dos resultados obtidos neste estudo, considerando como *input* os recursos financeiros (a despesa em educação por aluno), e *output*, os resultados PISA 2000 (Programme for International Student Assessment), permitem-nos concluir que bastaria usar menos 70% dos recursos financeiros efectivamente gastos em educação, para se obterem os mesmos resultados, ainda assim, inferiores à eficiência média verificada nos países da OCDE.

Se considerarmos como *inputs* outros indicadores físicos, como sejam, o número de professores por 100 alunos e o número de horas lectivas por ano, por aluno; e como *output*, os resultados PISA 2000, concluímos que os níveis de eficiência dos recursos físicos é superior à média calculada chegando mesmo Portugal a ocupar um lugar de primeiro plano, no conjunto dos países da OCDE.

A conclusão deste estudo permite ainda afirmar que a eficiência da despesa em educação, onde os dinheiros públicos representam uma parte importante, é uma questão que não pode ser negligenciada e em Portugal apresenta valores muito baixos e preocupantes; a eficiência em termos físicos é comparável à de países desenvolvidos, pois quanto mais baratos são os recursos físicos, mais eficientes estes se tornam em termos financeiros; a fraca eficiência dos gastos em educação poderá ser explicada pela ineficiência do próprio sector público.

Em 2005, os mesmos autores publicam novo estudo sobre a eficiência dos gastos em educação no ensino básico e secundário, onde comparam os resultados dos sistemas de ensino em 25 países com os recursos físicos directamente empregues e com duas variáveis de contexto. Os recursos físicos considerados como *input* são: o número de professores por 100 alunos e o número de horas lectivas por ano, por aluno; as variáveis de contexto usadas são o nível sócio-económico das famílias e as habilitações literárias dos pais; como *output*, consideram os resultados PISA 2000.

Assim, todos os países com excepção da Finlândia, Suécia e Coreia poderiam ser mais eficientes e melhorar os seus resultados em média 11,6% com os mesmos recursos utilizados; no caso de Portugal, o *output* deveria crescer 16%. No entanto, este estudo mostra também que a ineficiência do sector educativo está fortemente relacionada com duas variáveis que a curto e a médio prazo estão fora do controle do Estado – o nível sócio-económico das famílias e as habilitações literárias dos pais.

Mais recentemente, Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006) realizaram um estudo sobre a eficiência do sector público, publicado pelo departamento de Economia do ISEG, onde se analisa a relação entre a despesa e a eficiência da performance dos gastos do sector público em geral e dos sistemas educativo e da saúde em particular, em países da OCDE.

O estudo defende que os países com maior rendimento *per capita*, nível mais elevado de educação, maior segurança em relação aos direitos de propriedade, facilitam a prevenção da ineficiência do sector público. Esta pesquisa defende ainda que, se os países fossem eficientes poderiam usar, em média, menos 45% de recursos actualmente utilizados para atingir os mesmos

resultados e que, com os recursos utilizados, só produzem em média, 2/3 do que poderiam produzir se fossem eficientes.

No caso de Portugal, a eficácia do sector da educação no período compreendido entre 2001 e 2003 é de 88%, enquanto a sua eficiência é de 71%; isto é, com os recursos utilizados poderíamos obter mais 12% de resultados, ou para termos o mesmo nível de resultados poderíamos usar menos 29% dos recursos utilizados.

Se, por outro lado, o objectivo é medir a eficiência e a eficácia educativas sob a perspectiva de melhorar o desempenho escolar da população em causa, poderá utilizar-se o modelo de fluxos escolares, que tem como base teórica a demografia escolar.

Segundo José Verdasca, a análise e tratamento dos dados de natureza demográfica, embora com as limitações inerentes à sua actualidade, fidedignidade e detalhe dos valores estatísticos, permite a construção de indicadores cuja utilização é imprescindível quando se pretende realizar o diagnóstico, o planeamento, a avaliação dos progressos em direcção a objectivos ou padrões pré-estabelecidos, comparar prestações e desempenhos, fixar níveis e metas educativas (Verdasca,2002).

Uma vez admitida no sistema formal de ensino, a população escolar pertencente ou não à mesma geração (ou seja, nascidos durante o mesmo ano civil) e integrada numa mesma coorte, isto é, submetida a um mesmo acontecimento de origem, durante o mesmo período de tempo, está sujeita a um conjunto de movimentos dentro do sistema (mobilidade interna), os quais se poderão expressar pelo cálculo das taxas de progressão, repetência e abandono, consideradas para cada um dos anos e/ou ciclos escolares (Arroteia, 1991).

Com base nestas taxas podem-se construir outros indicadores através do recurso aos diagramas de fluxos, de modo a conseguirmos avaliar a eficácia interna do sistema educativo.

O diagrama de fluxos informa-nos ainda acerca do movimento interno evolutivo de uma geração escolar, podendo simbolizar a capacidade transformadora da escola nesse ciclo de estudos, isto é, sendo uma forma de se avaliar a eficácia interna do Sistema Educativo (Arroteia, 1991).

O Diagrama de Fluxos Escolares, utilizando como técnica o método da *cohorte* fictícia (aplicado ao Modelo de Procura Social), é um valioso instrumento de diagnóstico na área da educação, permitindo não só questionar e avaliar a realidade das escolas, mas também construir projecções para o futuro com base em objectivos previamente definidos em termos quantitativos (Verdasca,2002).

3. Eficiência e Eficácia em Educação

O trabalho de investigação de que passamos a apresentar as principais conclusões, foi realizado no âmbito de uma tese de mestrado, tem como objectivo comparar a eficácia e eficiência do Ensino Público e do Ensino Privado, particularmente do Ensino Privado com Contrato de Associação.

A população alvo deste estudo é constituída por toda a população escolar do continente que frequentava o Ensino Básico e Regular (2º e 3º Ciclos) e o Ensino Secundário Regular, em estabelecimentos de Ensino Público Estatal e Ensino Privado, nos anos lectivos compreendidos entre 96/97 e 2000/2001.

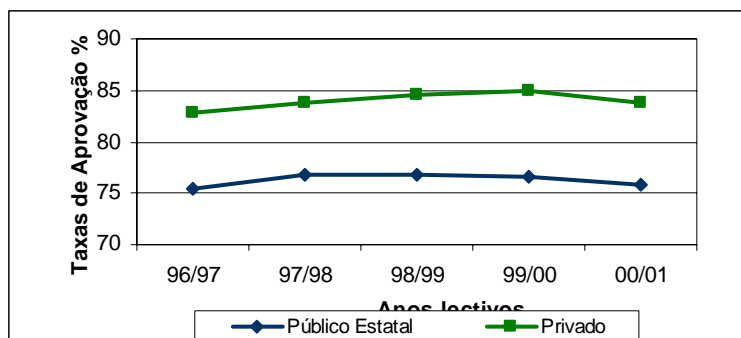
Apesar deste trabalho ter sido realizado tendo por base dados estatísticos existentes no período mencionado, os seus resultados não sofreram alterações significativas.

Jorge Arroteia (1991) defende ainda que a análise e diagnóstico do sistema educativo deverá incluir não só indicadores de eficácia interna relativos à Demografia escolar, mas, deverá também incluir indicadores financeiros (expressos em termos de rácios) que permitam avaliar a eficácia dos recursos físicos e financeiros utilizados (Jorge Arroteia,1991).

Com base em dados constantes das Estatísticas da Educação calcularam-se os indicadores que passamos a analisar:

3.1. Taxa de Aprovação

A taxa de aprovação relaciona os alunos aprovados com o total de alunos inscritos em cada ano lectivo e expressa-se usualmente em percentagem.



Constata-se que em cada um dos tipos de Ensino referidos os valores das taxas de aprovação vão diminuindo progressivamente (de níveis que se aproximam de 90%) para níveis de desempenho muitíssimo baixos onde só metade dos alunos matriculados consegue aprovação.

A este facto não são alheios os Exames Nacionais no 12º ano, pois introduzem um elemento estranho em todo o processo de avaliação, que se define como avaliação contínua ao longo de todo o percurso escolar.

Os anos mais críticos, onde se registam valores menores, são sempre os do início de um novo ciclo de ensino (7º e 10º anos), anos em que a mudança de ciclo e, muitas vezes, de escola introduzem factores de perturbação no percurso escolar do aluno.

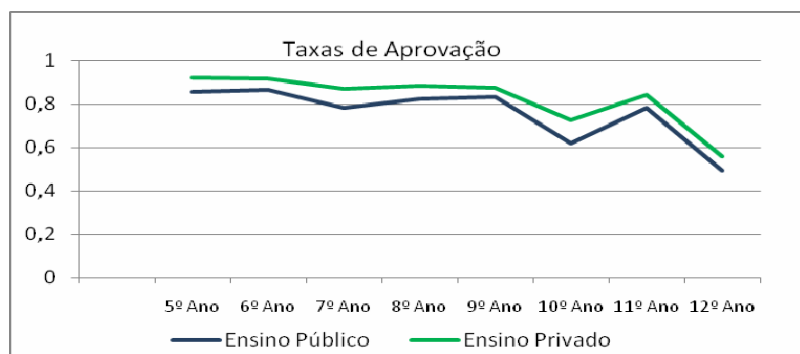


Gráfico 2 – Taxas médias de Aprovação por ano curricular

3.2. Taxa de Não Aprovação

A taxa de não aprovação relaciona o número de alunos não aprovados num determinado ano lectivo e em determinado ano curricular, com o número total de matriculados nesse ano lectivo e nesse ano curricular.

Esta taxa (é complementar da taxa de aprovação), engloba os alunos reprovados e os alunos desistentes e varia entre 0% e 100%. Pode ser entendida como um desperdício do sistema e quanto menor for, melhor será o desempenho da população escolar.

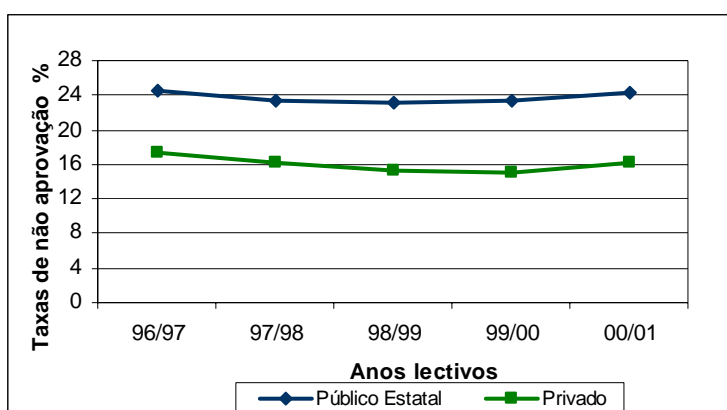


Gráfico 3 – Taxas médias de Não Aprovação

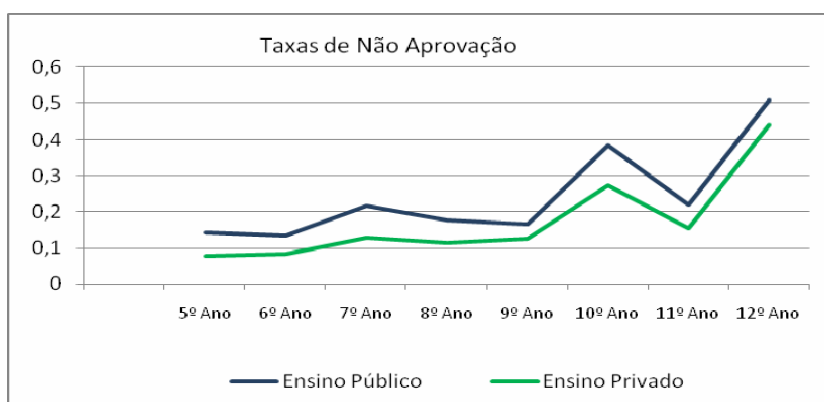


Gráfico 4 – Taxas médias de Não Aprovação por ano curricular

O Ensino Privado apresenta taxas de não aprovação crescentes do 5º ao 12º ano de escolaridade, embora com valores inferiores ao do Ensino Público Estatal. As taxas de não aprovação são mais significativas no início do 3º Ciclo e Secundário.

3.3. Taxa de Diplomação

A taxa de diplomação corresponde à taxa de aprovação no último ano do ciclo de estudos. Neste caso, coincide com a taxa de aprovação no 12º ano.

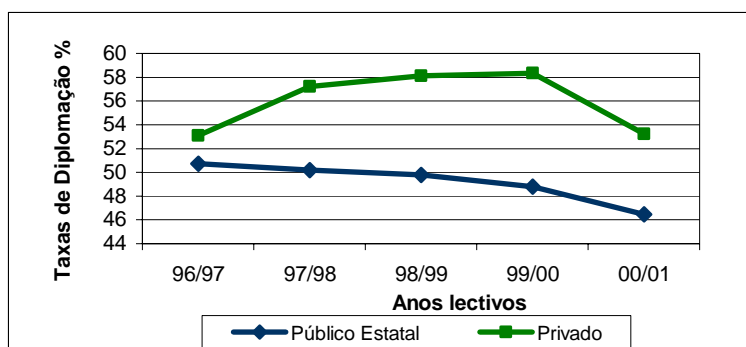


Gráfico 5 – Taxas médias de Diplomação

As taxas de diplomação são relativamente baixas, especialmente no Ensino Público, registando-se valores aproximados de 50%, mas com uma tendência sempre decrescente durante o período analisado.

Como se pode constatar, só metade do número de alunos matriculados no 12º ano de escolaridade consegue diplomar-se.

3.4. Taxa de Progressão

A Taxa de Progressão analisa o percurso de um aluno aprovado que se inscreve no ano curricular e no ano lectivo seguinte.

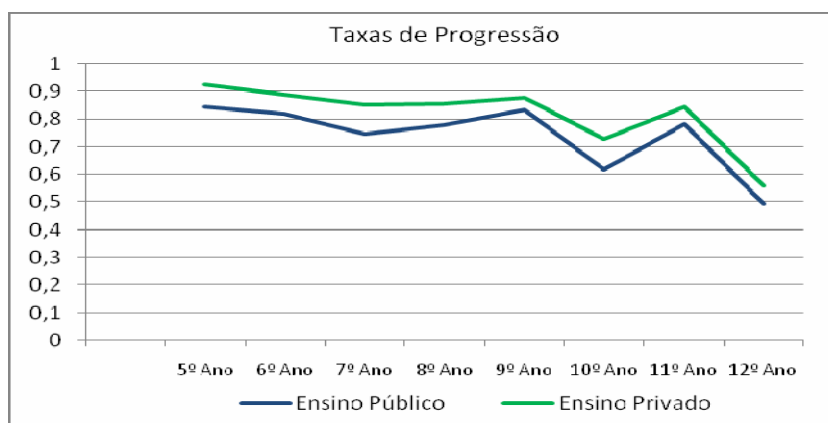


Gráfico 6 – Taxas médias de Progressão por ano curricular

As taxas de progressão do Ensino Público são sempre inferiores às taxas do Ensino Privado durante o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, registam a maior diferença no 7º ano e no 10º ano de escolaridade.

3.5. Taxa de Retenção

O valor da taxa de repetência ou retenção representa a percentagem de alunos repetentes num determinado ano curricular e ano lectivo. Verifica-se que o Ensino Particular apresenta sempre valores inferiores às taxas de retenção do Ensino Público.

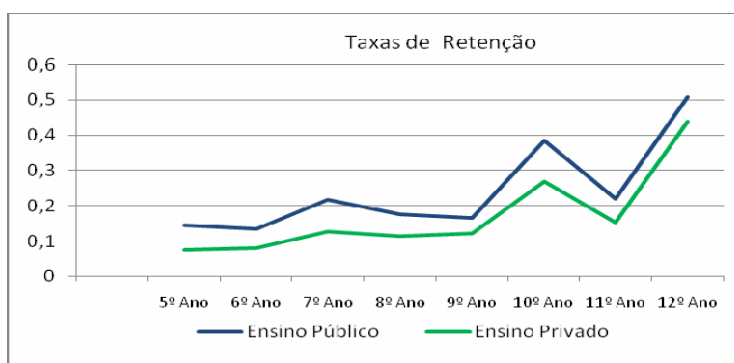


Gráfico 7 – Taxas médias de Retenção por ano curricular

3.6. Taxa de Abandono

A taxa de abandono dá-nos a percentagem da população escolar que abandonou o Sistema de Ensino, tendo aprovado ou reprovado num determinado ano curricular e ano lectivo. A taxa de abandono é um indicador de insucesso ou de exclusão e pode ser vista como um indicador que mede o desperdício do Sistema de Ensino.

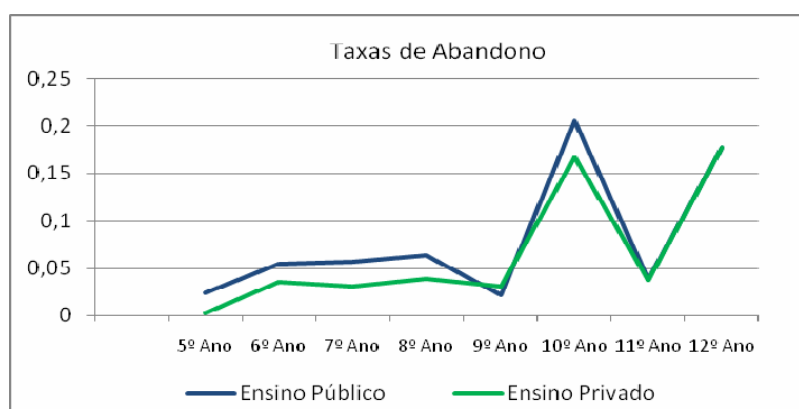


Gráfico 8 – Taxas médias de Abandono por ano curricular

3.7. Cálculo dos indicadores de eficiência escolar

A partir do cálculo das taxas anteriores (progressão, retenção e abandono) construiu-se um Diagrama de Fluxos para o Ensino Público e para o Ensino Privado.

A análise dos diferentes Diagramas de Fluxos dá-nos informações sobre a capacidade transformadora da escola durante o ciclo de estudos em causa no período de tempo considerado neste estudo (ou seja, de 1996/1997 a 2001/2002).

Tendo por base os valores obtidos nos Diagramas calcularam-se os indicadores de eficiência e de eficácia escolar:

Tabela Síntese dos Indicadores de Eficácia Escolar						
INDICADORES	2º Ciclo		Básico (2º e 3º Ciclos)		Básico +Secundário	
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv
Esperança de Vida Escolar/ aluno	2,54 anos	2,75 anos	3,8 anos	4,58 anos	4,25 anos	5,47 anos
Coeficiente de Diplomação ou Probabilidade de Sucesso	69,4%	82,4%	33,6%	52,6%	8,0%	18,2%

Tabela Síntese dos Indicadores de Eficiência Escolar						
INDICADORES	2º Ciclo		Básico (2º e 3º Ciclos)		Básico +Secundário	
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv
Rendimento Interno Escolar ou Eficácia Interna	70,3%	82,5%	36,7%	54,9%	9,7%	20,5%
Coeficiente de Desperdício Global	30,6%	17,6%	66,4%	47,4%	92,0%	81,8%
Duração Média de Escolaridade / aluno (2º e 3º ciclos e Sec.)	2,14 anos	2,07 anos	5,69 anos	5,40 anos	9,21 anos	8,73 anos
Coeficiente de Aumento de Custos / aluno	1,42 anos	1,21 anos	2,72 anos	1,82 anos	6,53 anos	4,08 anos

A Esperança de Vida Escolar (EVE) pretende medir o número médio de anos que um aluno poderá vir a frequentar a escola ou um determinado ciclo de estudos, incluindo os anos repetentes, quando entra no sistema de ensino. A Esperança de Vida Escolar é sempre superior no Ensino Privado em qualquer Ciclo de Ensino; é mais eficaz.

O número médio de anos que um aluno poderá vir a frequentar a escola ou um determinado ciclo de estudos, incluindo os anos repetentes quando entra no sistema de ensino é tarefa possível (sem repetências) quando se trata do Ensino Privado e dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, mas quanto à diplomação no Ensino Secundário, o número médio de anos é sempre inferior ao número de anos curriculares necessários para o realizar.

A Probabilidade de Sucesso Escolar (PSE) é um indicador importante de análise do desempenho escolar, pois informa da probabilidade de um aluno que inicia um ciclo de estudos, se diplomar no final desse ciclo de estudos. A Probabilidade de Sucesso no Ensino Privado é sempre superior à do Ensino Público em qualquer Ciclo de Ensino; é mais eficaz.

Um aluno que inicie o seu ciclo de estudos no Ensino Privado tem sempre maior probabilidade de se diplomar do que no Ensino Público.

O Coeficiente de Rendimento Interno Escolar (RIE), também designado por coeficiente de eficácia interna, relaciona o número de diplomados com o número de inscrições efectuadas (alunos-ano), durante o período considerado; sendo cem por cento, se todos os alunos se diplomarem nos oito anos de duração dos três ciclos de ensino (sem qualquer reprovação); quanto mais o valor de RIE se aproximar de cem por cento, mais favorável será. O Coeficiente de Rendimento Interno Escolar no Ensino Privado é sempre superior ao do Ensino Público em qualquer Ciclo de Ensino e os resultados obtidos provam que o Ensino Privado é sempre mais eficaz do que o Ensino Público, porque diploma um número maior de alunos com um número menor de matrículas.

O Coeficiente de Desperdício Global (CDG) é a razão entre o total de abandono (forçado ou voluntário) e a totalidade de alunos inscritos no início do

ciclo de estudos para cada ciclo de diplomação. Numa situação óptima, o valor deste coeficiente seria zero, pois não haveria nem abandono nem reprovações a registar ao longo dos ciclos de estudo. O Coeficiente de Desperdício Global no Ensino Privado é sempre inferior ao do Ensino Público Estatal em qualquer Ciclo de Ensino, é mais eficiente. Se o objectivo do sistema de Ensino é a diplomação então a reprovação, a repetência e o abandono são uma perda de tempo e de recursos para a instituição; os valores calculados são assustadores embora o desperdício no Ensino Público seja sempre mais elevado, especialmente quando nos referimos à diplomação no Ensino Secundário;

A Duração Média de Escolaridade (DME) é um indicador que permite conhecer o número de anos necessários para a realização de cada ano ou ciclo curricular. A duração média de cada ano curricular seria igual a um, numa situação óptima de eficácia, já que os valores dos novos inscritos e dos anos-alunos igualar-se-iam sempre ao longo dos anos curriculares.

A duração média de escolaridade óptima para a diplomação em cada um dos ciclos seria respectivamente, 2 anos para o 2º Ciclo, 5 anos para o Ensino Básico e 8 anos para a diplomação se efectuar no Ensino Secundário. A Duração Média de Escolaridade no Ensino Privado é sempre inferior ao do Ensino Público em qualquer Ciclo de Ensino, dado que os resultados obtidos aproximam-se mais do número de anos de cada ciclo; é mais eficiente

O Coeficiente de Aumento de Custos (CAC) é um indicador de eficiência e permite analisar até que ponto se estão a usar bem os recursos disponíveis. Este indicador expressa a razão entre o somatório de todas as inscrições geradas e o produto dos diplomados realizados pelo número de anos de escolaridade do ciclo de estudos. Este indicador, que também pode ser calculado como o inverso do valor do rendimento interno escolar, tem como valor mínimo a unidade e é expresso em anos.

A situação mais favorável retratada por este coeficiente regista-se quando por cada aluno diplomado existe um número de inscrições exactamente igual ao número de anos do ciclo em que se realiza a diplomação, sendo, portanto nulo, o acréscimo de custos de diplomação de cada aluno. O acréscimo de custos de diplomação de cada aluno para cada ano é a diferença entre o coeficiente

(CAC) obtido e a unidade. O Coeficiente de Aumento de Custos no Ensino Privado é sempre inferior ao do Ensino Público em qualquer Ciclo de Ensino, i.é, precisa de menos inscrições para diplomar o mesmo número de alunos, usando melhor os seus recursos; é mais eficiente.

À medida que aumenta o número de anos em que os alunos podem prolongar o normal ciclo de estudos, os indicadores tendem a melhorar, mas agravam-se os custos de funcionamento do Sistema de Ensino, pois é necessário disponibilizar mais recursos para manter os alunos repetentes dentro do Sistema em vez de os utilizar na diplomação de novos alunos.

Os valores dos indicadores anteriormente analisados dão-nos uma perspectiva muito desanimadora e preocupante do Sistema de Ensino Regular em Portugal, e estes agravam-se especialmente quando se alarga o ciclo de estudos e se pretende realizar a diplomação no Ensino Secundário. Ficamos com a sensação que a diplomação no Ensino Secundário é a excepção e não a regra que se deveria tomar como certa.

A utilização deste modelo dá-nos a possibilidade de diagnosticar, avaliar e fazer as projecções necessárias para definirmos os objectivos (realistas) que nos propomos atingir numa disciplina, num determinado ano curricular, em cada uma das nossas escolas ou no sistema de ensino e verificar ao longo do período estabelecido se devemos ou não corrigir o percurso que previamente definimos.

4. Custos em Educação

Sendo o objectivo deste estudo, comparar custos e resultados académicos de um aluno nos sectores público e privado com contrato de associação, faremos uma breve análise comparativa das diferentes despesas por aluno, calculadas a partir de dados recolhidos no Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

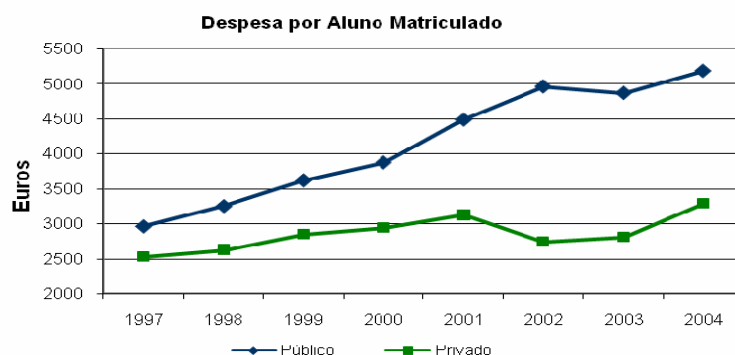
O quadro seguinte mostra a evolução das despesas com a Educação globalmente e por aluno no nosso país durante o período em estudo, assim como a evolução do peso da Educação no PIB pm. A despesa total por aluno matriculado é o quociente entre o total das despesas em educação suportadas

pelo Estado e o número total de alunos matriculados, em todos os níveis de Ensino. Este indicador dá-nos um valor médio por aluno matriculado e não tem outro objectivo que não seja meramente comparativo.

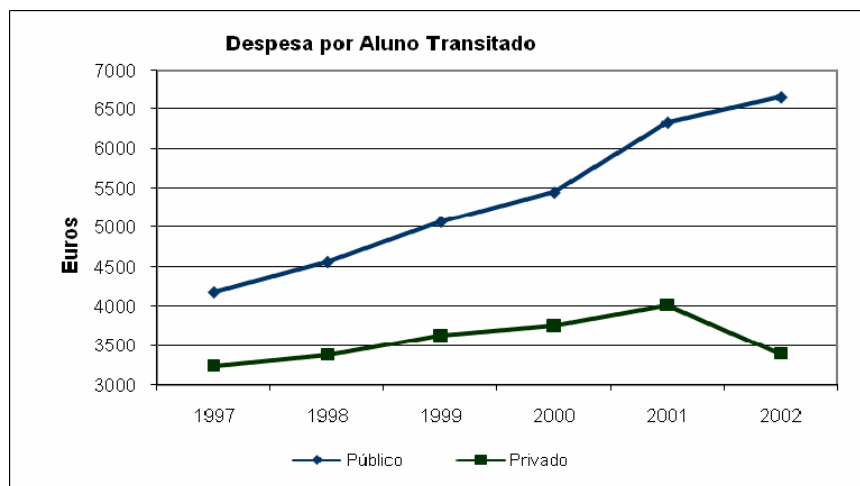
Evolução das Despesas Totais em Educação								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Despesa Pub.em Educação no PIB (INE)	5,60%	5,62%	5,74%	5,74%	5,91%	5,83%		
Despesa. global por aluno matriculado (euros)	2208,42	2451,81	2704,71	2755,04	3182,15	3353,85	3425,33	3498,09
Despesa global por aluno matriculado (índice)	100	111	122	125	144	152	155	158

O peso da despesa em Educação no PIB tem vindo a aumentar, ultrapassando a percentagem média Europeia, sendo os valores registados comparáveis aos de outros países com graus de desenvolvimento muito superior ao de Portugal.

No que respeita à despesa média realizada, por aluno, em cada ano, podemos referir que aumentou em valor (+58%) ao longo destes oito anos e referir que em 2000 o valor registado se situa entre os oito primeiros, de um conjunto de trinta países da OCDE (relatório Banco de Portugal).

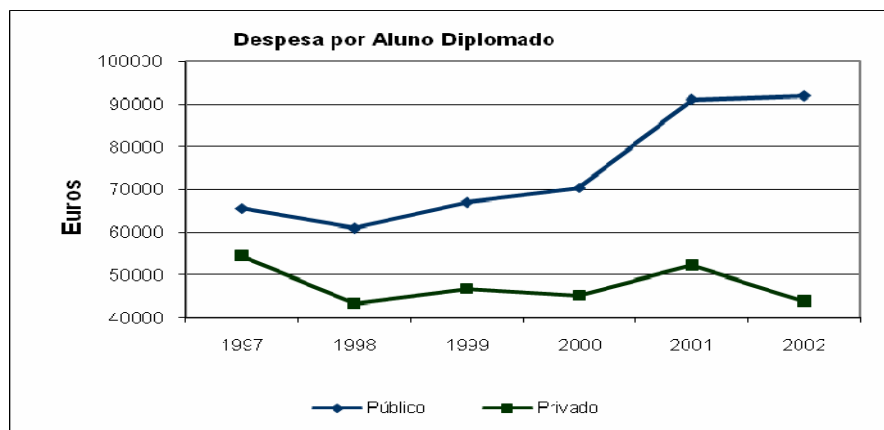


É visível a diferença entre as despesas por aluno matriculado, considerando o Ensino Privado com contrato de associação e o Ensino Público. Para fornecer o mesmo serviço público, as Escolas Privadas com Contrato de Associação são sempre menos onerosas para o Estado que as Escolas Públicas. Em 2004 a diferença ronda os 1900 euros.



A despesa associada a cada aluno do sector público é sempre muito mais elevada que a despesa do sector privado e a diferença entre elas é cada vez maior. Em 1997 a diferença registada por aluno transitado é de 900 euros, em 2000 é de 1700 euros, em 2001 é de 2300 euros e em 2002 estima-se que seja de 3200 euros.

Para esta diferença tão grande contribuem vários factores entre os quais podemos salientar: a taxa de aprovação no Ensino Privado é superior à do Ensino Público Estatal; a taxa de reprovação é menor no Ensino Privado, por isso, os alunos precisam de menos tempo em cada ano curricular para transitarem, logo, são menos dispendiosos; a duração média de escolaridade por ano curricular é sempre maior no Ensino Público Estatal, por isso estão mais anos a frequentar o mesmo ano curricular; o controlo das despesas é mais rigoroso no Ensino Privado; o valor das verbas gastas com pessoal, nomeadamente pessoal docente (que representa uma fatia substancial da despesa) é maior no Ensino Público Estatal do que no Ensino Privado.



As despesas estatais necessárias para diplomar um aluno no Ensino Público Estatal são, superiores às necessárias para diplomar um aluno no Ensino Privado com Contrato de Associação e as diferenças registadas vêm-se agravando entre 1997 e 2002.

Em 1997, a diferença registada ronda os 11.000 euros ; em 2000 passa a ser de 25.000 euros ; em 2001 tem o valor de 38.600 euros e em 2002 estima-se que esteja perto de 48.000 euros.

Neste último ano (2002), o valor gasto pelo Estado para diplomar um aluno no Ensino Público Estatal é mais do dobro do necessário para diplomar um aluno no Ensino Privado com Contrato de Associação.

As comparações efectuadas entre os valores das despesas nos dois tipos de ensino em análise devem-nos fazer pensar e repensar a escola enquanto organização que tem de gerir um número limitado de recursos com a maior eficiência e eficácia.

Parece que os recursos disponibilizados pelo Estado para pôr a funcionar escolas estatais e escolas privadas com contrato de associação (que fornecem o mesmo serviço público) são melhor aproveitados por estas últimas, porque diplomam os alunos em menos tempo, com recursos mais escassos e também com melhores resultados académicos. São escolas mais eficazes, mas também mais eficiente.

Muito Obrigada pela Vossa atenção.